

À
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ
A/C COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO MDF n. 29/2018.

CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA., pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob n. 80.709.876/0001-40, com sede na Estrada Rio Negro, n. 387, bairro Rio Negro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89287-045, vem respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** face a sua inabilitação no bojo da Licitação pelo Modo de Disputa Fechado n. 29/2018, o que faz pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I – DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade de modo de disputa fechado, consistente na produção do empreendimento habitacional CONJUNTO HABITACIONAL CURIÚVA, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básico e Executivo, a execução de habitação e infraestrutura de 74 unidades habitacionais, onde a recorrente habilitou-se como concorrente.

Ocorrida a sessão pública na data de 05/02/2020, a empresa recorrente tomou conhecimento de que foi a vencedora da licitação, considerando que possui o melhor preço apresentado para o cumprimento do objeto.



Para a sua surpresa, quando da análise dos documentos apresentados, a comissão especial entendeu pela inabilitação da recorrente, por, supostamente, ter descumprido o item 3, letras "b" e "d" do edital.

É o relato do necessário.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

a. Do cumprimento ao item 3, alínea "b".

Conforme demonstraremos a seguir, a exigência de comprovação técnico-operacional dos responsáveis técnicos pela obra foi devidamente cumprida.

Infelizmente, houve manifesto erro material no preenchimento do Anexo X, o que, contudo, é incapaz de acarretar em prejuízo ao objeto da presente licitação.

Isso porque, somente a demonstrar a transparência da empresa recorrente, foram nominados profissionais que ainda não detém acervo técnico, mas, poderão auxiliar a profissional no desempenho de suas atividades. São eles: 01, 02, 03, 04, 06 e 07.

Portanto, a responsável técnica pelos projetos e obra, desta feita, é a Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, arquiteta e urbanista, CAU n. A82830-0, sendo que a mesma possui, **nos termos da documentação já apresentada**, atividade técnica registrada no CAU mais do que suficiente.

Ou seja, mesmo com o equívoco da listagem, não se pode afirmar que o item não fora cumprido, considerando que a empresa recorrente indicou responsável técnica com aptidão e capacidade dentro dos termos do edital.

Assim, a alegada inabilitação no ponto não merece prosperar.



b. Do cumprimento ao item 3, alínea "d".

A Comissão alega que não foi apresentada documentação referente à vinculação dos profissionais Caroline e Tibor, indicados como responsáveis técnicos.

Ocorre, contudo, que, nos mesmos termos da fundamentação alhures, houve equívoco no preenchimento do quadro atinente aos responsáveis técnicos da obra a ser realizada pela empresa vencedora, ora recorrente.

Nada obstante, o erro material apontado **não interfere no andamento ou no resultado do certame**, considerando que, dentro os nominados, encontra-se a real responsável técnica, profissional que possui aptidão e capacidade comprovada, nos termos do edital.

O erro apontado, ademais, é passível de correção e não desconfigura o principal, que é o preço do serviço, item que tornou a empresa recorrente vencedora.

III – DEMAIS CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

Desta feita, tem-se que o erro material apontado, *per si*, não pode impedir que a recorrente execute a obra objeto da licitação, considerando o cumprimento das obrigações (tão importantes quanto) impostas e considerando, sobretudo, que não se pode perder de vista que o objetivo da licitação é sempre a satisfação do interesse público, da coletividade.

Verifica-se que existe uma lacuna considerável entre a recorrente, vencedora, e a empresa classificada em segundo lugar, pelo que o formalismo não pode se sobrepor ao interesse da população.

Ora, está se falando de um ônus aos cofres públicos de **R\$ 230.724,44 (duzentos e trinta, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, ou seja, valor 4,31% a maior, pelo excesso de rigor aplicado na análise da documentação.



Dessa forma, ao deixar de considerar tal fato, o Poder Público estaria violando os princípios da Razoabilidade, da Proporcionalidade, da Ampla Competição e da Supremacia do Interesse Público e, ainda em flagrante afronta ao Ordenamento Jurídico que dispõe da matéria, Lei 8.666/93, e que diz:

*Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e **a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (grifo nosso).*

Ainda, a falha apontada não atenta contra a competitividade da licitação, já que indicada a responsável técnica de maneira tempestiva, assim como não interfere nas futuras decisões da Comissão.

Nas palavras de Marçal Justen Filho, na obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*:

"Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes".



Por mais que sobre os procedimentos licitatórios vigore o princípio da vinculação ao edital, é certo que o direito é mais amplo e que a incidência desse preceito deve articular-se com outros igualmente importantes, tais como os primados da proporcionalidade e da razoabilidade.

A douta comissão, se ainda pairar algum tipo de dúvida após a explanação retro, pode usufruir do artigo 43 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Tal entendimento vai ao encontro do entendimento jurisprudencial do C. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AFASTADA). LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ANVISA. EDITAL. NÃO-EXIGÊNCIA. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal a quo resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente. 2. O acórdão recorrido concluiu que tanto o objeto - contratação de serviços de oxigenoterapia domiciliar-, quanto o edital do certame dispensavam Licença de Funcionamento expedida pela Anvisa, porquanto a licitação não objetivava a



"comercialização de equipamentos" que exigiria a autorização do órgão de vigilância, nos termos da lei. **3. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados.** 4. Recurso especial não provido. (REsp 1190793/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 08/09/2010) (grifei).

Assim, prestados os esclarecimentos necessários, cumpre aduzir que a documentação pertinente à responsabilidade técnica foi devidamente entregue junto à proposta, pelo que os itens b e d restam preenchidos.

III – DOS PEDIDOS

Na esteira do exposto, e dentro dos princípios da razoabilidade, requer-se que seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a habilitação da recorrente.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos, pede deferimento.

São Bento do Sul/SC, 17 de fevereiro de 2020.


CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA.
HILARIO LUIS FENDRICH